

**ECOS DA INSTITUTIO ORATORIA NO REFERENCIAL  
CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Cristiane Regina GUADAGNINI  
Orientadora: Profa. Dra. Patricia Prata

**RESUMO:** O presente trabalho comenta o próêmio e os três capítulos iniciais do primeiro livro da *Institutio oratoria* de Quintiliano, de forma a ressaltar sua importância pedagógica na educação infantil, uma vez que esses textos apresentam questões fundamentais dessa natureza. Considerando o destacado papel da Antiguidade Clássica na construção dos saberes, pretendemos fazer uma leitura da *Institutio* que contraponha a educação nacional atual, tal como está representada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Letras Clássicas; *Institutio oratoria*; Quintiliano; Referencial Curricular Nacional para Educação a Infantil; Educação Infantil.

### **Introdução**

O entendimento do complexo processo histórico, que culmina no que se entende por educação hoje, permite que se reconstrua o caminho percorrido ao longo dos anos para o desenvolvimento da mesma. O presente trabalho é uma proposta de estudo que aborda a História da Educação sob o viés da Antiguidade clássica, visto que essa contribuiu de forma decisiva para a formação da sociedade e cultura modernas e sua análise pode provocar relevantes indagações sobre o presente. A esse respeito discorre Goergen (2006, p. 182):

Como nos demais campos das atividades humanas, também na educação e na filosofia, a Antiguidade deixa de herança ao Ocidente as suas estruturas mais profundas: a família, o Estado, a escola, os mitos educativos, os ritos de passagem, que, no dizer de Franco Cambi, representam 'um rico mostruário de modelos sócio-educativos, que vão desde a *polis* grega até a *res-publica* romana, características que se sobrepõem, se entrecortam, se entrelaçam até formar o riquíssimo tecido da educação ocidental' (1999, p. 37).

Como vemos na citação, o que a Antiguidade produziu inegavelmente contribuiu com a formação da sociedade Ocidental. Ressaltamos, porém, que essa relação não nos isenta da necessidade de cautela para interpretar uma civilização que nos é “estrangeira” e muito distante no tempo, sob o risco de incorreremos em um anacronismo.<sup>1</sup> Desse modo, a partir do próêmio e dos três capítulos iniciais do Livro I da *Institutio oratoria* de Quintiliano<sup>2</sup>, queremos tratar de questões educacionais discutidas na Antiguidade.

Havia, já no século I d.C., momento da publicação da *Institutio* (ano de 96), um considerável número de obras<sup>3</sup> que tratavam do mesmo assunto que Quintiliano se propôs abordar: a formação do orador. O autor se mostra consciente disso: “pues no ignoraba que ilustrísimos autores habían escrito con grand dedicación para la posteridad mucho de lo que toca a este tema, en ambas lenguas”.<sup>4</sup> Destacamos que, assim, o autor explica que pretendia, se não inovar, examinar e comentar o que já fora produzido por precursores. Todavia, isso não significou que não faria nada de novo.

Ressaltamos, nesse sentido, que o autor acrescenta e, de certa forma, sistematiza em seu texto algo que não era valorizado por seus antecessores: a educação antes dos sete anos. É devido a essa particularidade que escolhemos essa literatura como base para nosso trabalho. Quintiliano não supõe que a criança antes dos sete anos tenha capacidade de aprender a oratória, mas sim, que essa criança pode ser iniciada quanto a alguns pontos, tais como os valores e o emprego da língua de forma adequada. Esses aspectos, segundo Quintiliano, são imprescindíveis ao bom orador, como vemos em: “exigimos que ele tenha uma disposição excepcional para a fala, mas sobretudo todas as virtudes da alma”<sup>5</sup>, podendo ser cuidados desde a infância. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o livro primeiro da *Institutio* tenha sido considerado por Paratore “o mais completo tratado de pedagogia que a antiguidade (sic) clássica nos transmitiu” (1987, p. 700).

---

<sup>1</sup>Ao afirmar que a Antiguidade clássica é “estrangeira” aludimos ao fato de estar muito distante no tempo e também no espaço. Mas a palavra “estrangeiro” pode parecer imprópria aqui já que prevê também o significado “estranho”, no sentido de ser diferente, de fora, mas não é a isso que nos referimos; temos consciência de que a Antiguidade clássica, principalmente no que diz respeito a Roma, foi o berço cultural da civilização Ocidental, além de ser o latim, como sabemos, a mãe das chamadas línguas românicas, entre as quais está o português.

<sup>2</sup> Retor e advogado nascido em Calagurris, atual cidade de Calahorra (Espanha). Viveu entre os anos de 30 a 96 d. C., aproximadamente (PARATORE, 1987).

<sup>3</sup>Por exemplo, *Rhetorica ad Haerennium* (autor desconhecido), a *Retórica* de Aristóteles e o *Orator* de Cícero.

<sup>4</sup>(*Instit. orat.*, I, Pr., 1. Trad. HORTET, p. 2, 2006) *quod auctores utriusquive linguae clarrissimos non ignorabam multa quae ad hoc opus pertinerent diligentissime scripta posteris reliquisse*. O texto latino citado é o que consta da edição Belles Lettres (para referência completa, ver bibliografia). Nas referências a trechos da *Institutio*, o primeiro elemento indica o livro, o segundo o capítulo (neste caso, o próêmio), e o terceiro, o parágrafo.

<sup>5</sup>(*Instit. orat.* I, Pr., 9. Trad. MATOS, 2005, p. 127) *qui esse nisi uir bonus non potest, ideoque non dicendi modo eximiam in eo facultatem, sed omnis animi uirtutes exigimus*.

Sobre a formação do orador, afirma Vasconcelos (2005, p. 15): “na *Institutio* os preceitos de formação do orador passam a valer como preceitos de formação do cidadão e, genericamente, do homem”. A partir disso, pretendemos pesquisar a contribuição da Antiguidade, via leitura e análise da *Institutio*, em nosso sistema atual de educação. O que chamamos de “sistema atual de educação” será materializado, aqui, pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (“Referencial”), que aborda o ensino destinado a crianças de zero a seis anos. O Referencial figura dentro das produções chamadas Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Governo Federal como referência para a educação no país. Julgamos pertinente traçar uma aproximação entre as concepções de ensino da oratória presentes na *Institutio* e as concepções encontradas no Referencial, que, como vimos, também busca ser base pedagógica, pois se propõe discutir o que já tem sido feito em relação à educação nacional, bem como trazer outras possibilidades a respeito de situações de ensino.

Desenvolvemos o estudo em três partes. Na primeira, discutiremos a relação de Quintiliano com a educação, considerando os contextos histórico e social em que ele estava inserido. Apontaremos algumas de suas ideias para caracterizar o ensino que julgava exemplar. Nesse passo, vamos evidenciar suas indicações ao que tange o ensino do orador enquanto criança. No segundo item apresentaremos o Referencial, trazendo considerações sobre sua história e conteúdo. No terceiro, será traçada uma aproximação entre o texto de Quintiliano e o do Referencial. A partir dos trechos selecionados da *Institutio*, pretendemos discutir, sem esgotar, questões educacionais, apontando o que representa manutenções e mudanças em termos de conceitos e práticas.

## I. Quintiliano educador

Quintiliano afirma, no próêmio da *Institutio*, que, após trabalhar vinte anos com a educação de jovens, foi instigado por amigos a escrever “algo sobre as regras da eloquência”. A aptidão retórica, pretendida com a formação do orador, enfoque capital da *Institutio*, era dirigida em especial a jovens do sexo masculino herdeiros da elite romana,<sup>6</sup> que guardava para si os privilégios que tal educação oferecia, como o acesso à Política.

Ao discorrer, no próêmio, sobre como pretende abordar a retórica para formar o orador, o autor reclama para esse campo os temas considerados como “próprios da filosofia”, ecoando os ideais de Cícero.<sup>7</sup> Quintiliano diz não admitir

---

<sup>6</sup> Corroborando essa afirmação: “Daí, a gratidão de homens novos como Cícero e Horácio aos pais pela educação aprimorada que receberam.” (MATOS, 2005, p. 10).

<sup>7</sup> A influência de Cícero é muito presente na obra, ele é o ideal de orador que mais se aproxima do desejado por Quintiliano (PEREIRA, 2006, p. 26). Vasconcelos (2002, p. 207) também faz considerações: “De um modo geral, pode-se afirmar que Cícero assumiu a tarefa de conciliar a tradição técnica da retórica sofisticada com as exigências morais que os filósofos, já desde Platão, lhe faziam. A rixa entre filósofos e retores tem uma longa e matizada história (...) a ela o ideal ciceroniano de orador deve muito”.

que a norma de uma vida reta e honesta deva ser deixada aos filósofos, como alguns consideraram, quando o cidadão por excelência, capaz de administrar as coisas públicas e privadas, governar as cidades por meio de suas idéias, mantê-las através de suas leis e reformá-la com seus julgamentos não é outro, senão um orador acabado.<sup>8</sup>

Ainda nesse sentido, afirma Pereira (2002, p. 26) que era dever do orador cuidar de “sua honestidade: o verdadeiro orador preconizado por Quintiliano deve ser, antes de mais nada, retomando a velha fórmula de Catão ‘um homem de bem que é experimentado na arte de discursar’: *uir bonus, dicendi peritus*.” Esse excerto evidencia a preocupação de Quintiliano em definir o que é um “orador verdadeiro”, unindo a fundamental habilidade retórica a um caráter íntegro.

O fato de alguns julgarem que os menores de sete anos não deveriam ser instruídos nas letras (*Instit. orat.* I, I, 15) não impediu que Quintiliano reservasse parte da sua obra a essa fase e afirmasse que há modos da criança avançar em alguns sentidos, principalmente no trabalho com a memória, tão cara ao orador,<sup>9</sup> como observamos no seguinte trecho: “Assim, não desperdicemos logo a primeira idade, tanto mais que nesse ponto os princípios dos estudos envolvem apenas a memória”.<sup>10</sup> Quintiliano questiona ainda “por que menosprezáramos essa vantagem, ainda que pequena, do que a criança pode produzir continuamente até os sete anos?”<sup>11</sup> As experiências que a criança vivencia são, para o autor, possíveis contribuições para o processo de aprendizagem.

A formação que antecedia a ida da criança aos cuidados de mestres especializados era feita dentro na esfera familiar. Por isso, Quintiliano afirma que “em relação aos pais, gostaria que eles tivessem de fato a melhor formação possível. E não me refiro somente aos pais; sabemos, pois, que a eloquência dos Gracos é em grande parte atribuída a sua mãe Cornélia”.<sup>12</sup> Segundo Sabione (2009, p. 12) “além dos pais, outros três elementos contribuem com essa formação inicial: a ama, os jovens escravos domésticos e o pedagogo”. Sobre a participação das amas ele afirma: “Antes de tudo, que as amas não tenham uma linguagem incorreta, as quais Crisipo desejou que fossem, na medida do possível, filósofas<sup>13</sup>”.<sup>14</sup> E acrescenta ainda:

---

<sup>8</sup> (*Instit. orat.* I, Pr., 10. Trad. SABIONE, 2009, p. 6) *Neque enim hoc concesserim, rationem rectae honestaeque vitae, ut quidam putauerunt, ad philosophos relegendam, cum uir ille uere ciuilis et publicarum priuatarumque rerum administrationi accommodatus, qui regere consiliis urbes, fundare legibus, emendare iudiciis possit, non alius sit profecto quam orator.*

<sup>9</sup> Explica Sabione (2009, p. 38): “Quintiliano atribui uma utilidade à ‘primeira idade’ por apresentar uma característica útil ao início dos estudos: a memória. Em um primeiro momento podemos pensar que, dessa forma, Quintiliano ‘menospreza’ os pequenos, atribuindo-lhes uma habilidade ‘menor’, considerando que as crianças não são capazes de produzir, mas apenas de reproduzir. Entretanto, ‘para um orador a memória é a qualidade mais necessária’”.

<sup>10</sup> (*Instit. orat.* I, I, 19. Trad. SABIONE, 2009, p. 80) *Non ergo perdamus primum statim tempus, atque eo minus quod initia litterarum sola memoria constant.*

<sup>11</sup> (*Instit. orat.* I, I, 18. *apud* SABIONE, 2009) *cur hoc quantulumcumque est usque ad septem annos lucrum fastidiamus?*

<sup>12</sup> (*Inst. Orat.* I, I, 6. Trad. SABIONE, 2009, p. 77) *In parentibus uero quam plurimum esse eruditionis optauerim. Nec de patribus tantum loquor: nam Gracchorum eloquentiae multum contulisse accepimus Cornelianam matrem.*

<sup>13</sup> A versão espanhola (HORTET, 2006, p. 10) que utilizamos nesse trabalho, traduz o termo “sapietes” como “educadas”. O tradutor, no entanto, afirma, em nota que, a partir de uma citação de Crisipo, poderia ter traduzido o termo como “filósofa”, pois os estoicos admitiam mulheres no estudo da filosofia.

<sup>14</sup> (*Instit. orat.* I, I, 4. Trad. SABIONE, 2009, p. 76) *Ante omnia, ne sit uitiosus sermo nutricibus: quas, si fieri posset, sapientes Chrysippus optauit.*

Melhor, porém, é a opinião daqueles que, como Crisipo, desejaram que nenhuma idade seja isenta de cuidado. Com efeito, ainda que a criança seja entregue às amas aos três anos, no entanto, julga que elas, do mesmo modo, já devem formar o espírito das crianças de acordo com os melhores princípios.<sup>15</sup>

Como notamos nas citações, Quintiliano estabelece que as amas devem atender a alguns requisitos: como fazer uso de uma boa linguagem e ter um bom caráter, para que a criança não seja corrompida adquirindo uma linguagem incorreta, nem entre em contato com ações reprováveis que possa vir a reproduzir no futuro. Quanto aos pedagogos<sup>16</sup> ele pondera que “gostaria que existisse a preocupação principal de que, ou sejam inteiramente instruídos, ou, caso não o sejam, que tenham consciência disso”.<sup>17</sup>

Quintiliano se mostra consciente das especificidades do tratamento que deve ser dado às crianças durante essa formação. Sobre isso ele discorre nos seguintes termos:

Nem sou de tal modo desatento em relação às fases da vida a ponto de julgar que as crianças devam ser continuamente cobradas com severidade e que se deve exigir delas um trabalho efetivo. Com efeito, primeiramente, será preciso ter cuidado para que aquele que ainda não é capaz de amar os estudos não os odeie e os venha a temer também no futuro, uma vez que já tenha sentido o seu amargor para além dos primeiros anos.<sup>18</sup>

As considerações de Quintiliano sobre a maneira como a criança interpretará o ensino são exemplares, visto que ele não ignora as particularidades dessa faixa etária, preocupando-se com o modo como a criança vai assimilar o que lhe for apresentado para que não atrapalhe, mas favoreça, a continuidade nos estudos.

Para Quintiliano, a criança deve encarar os estudos como uma brincadeira. Ela poderá realizar atividades que desenvolvam alguma capacidade, mas sem a cobrança por grandes progressos. Quintiliano acrescenta, ainda sobre esse assunto:

não me desagradaria que as crianças brincassem (...). Que haja, entretanto, uma medida para o descanso, a fim de não provocar ódio aos estudos, se negado, nem o hábito da ociosidade, se proporcionado em demasia. Existem também alguns brinquedos que não são inúteis para aguçar o engenho das crianças.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> (*Instit. orat.* I, I, 16. Trad. SABIONE, 2009, p. 79) *Melius autem, qui nullum tempus uacare cura uolunt, ut Chrysippus. Nam is, quamuis nutricibus triennium dederit, tamen ab illis quoque iam formandam quam optimis institutis mentem infantium iudicat.*

<sup>16</sup> Como assinala Sabione (2009, p. 77, n. 120): “As famílias aristocráticas escolhiam escravos que se distinguiam pela erudição, muitos deles alforriados, para exercer esta função. (...) muitos de origem grega, sempre acompanhavam a criança, inclusive à escola, e tinham a função de ensinar-lhes os primeiros elementos do saber”.

<sup>17</sup> (*Instit. orat.* I, I, 8. Trad. SABIONE, 2009) *aut sint eruditi plane, quam primam esse curam uelim, aut se non esse eruditos sciant.*

<sup>18</sup> (*Instit. orat.* I, I, 20. Trad. SABIONE, 2009). *Nec sum adeo aetatium inprudens ut instandum protinus teneris acerbe putem exigendamque plane operam. Nam id in primis cauere oportebit, ne studia qui amare nondum potest oderit et amaritudinem semel perceptam etiam ultra rudes annos reformidet..*

<sup>19</sup> (*Instit. orat.* I, III, 10-11. Trad. SABIONE, 2009, p. 92) *Nec me offenderit lusus in pueris (...) Modus tamen sit remissionibus, ne aut odium studiorum faciant negatae aut otii consuetudinem nimiae. Sunt etiam nonnulli acueendis puerorum ingenii non inutiles lusus.*

Mesmo que a criança não tenha capacidade de aprender disciplinas referentes à arte oratória, algumas brincadeiras e a divisão entre momentos de descanso e atividades orientadas podem contribuir para que a criança desenvolva conhecimentos, por exemplo, quanto à criatividade, uso da memória e a organização do tempo.

Por fim, destacamos como digna de nota a posição de Quintiliano quanto aos castigos aplicados comumente em sua época: “gostaria que não se castigassem os discípulos, por mais que isso seja admitido e Crisipo não o desaprove”.<sup>20</sup>

Quintiliano traz uma proposta de educação oratória pensada a partir da avaliação de antigas práticas, que podemos chamar pedagógicas, em que retoma os ideais do *uir bonus* e aponta um caminho de formação que parte da infância do futuro orador. Segundo Vasconcelos (2002, p. 223-4) “as ideias de Quintiliano acerca da educação oratória não prevaleceram sobre a tendência tecnicista das escolas da Roma Antiga. Mas Quintiliano irá deixar-nos um legado importante”. Desse modo, na terceira parte do trabalho pretendemos traçar uma aproximação entre essas “ideias” e o Referencial, o qual agora apresentaremos.

## II. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – uma apresentação

Como já dissemos na Introdução, o Referencial é a parte dos PCN que trata da educação infantil. O motivo da elaboração de documentos que discutam um currículo comum para a educação, objetivo fundamental dos PCN, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394/96, que regulamenta a educação nacional e aponta a necessidade de reforma em todos os níveis educacionais. Podemos apontar como característica notável dos PCN o incentivo a uma educação atrelada a um projeto pedagógico que valoriza a cidadania e que se acomode a realidade de cada escola.

Interessa-nos ressaltar, ainda, que foi somente em função da outorga da LDB (1996) que a educação infantil passou a integrar a educação básica no país. Assim, a criança de zero a seis anos passou a ser vista como sujeito de direitos participante de uma educação que se preocupa com seu desenvolvimento tendo em vista as particularidades da sua faixa etária (SILVA, 2006). O Referencial prevê princípios a serem observados, tais como o respeito aos direitos da criança, a questão da brincadeira como forma particular de expressão infantil, a socialização das crianças em diversos espaços e atendimento às suas necessidades essenciais de sobrevivência. O documento em questão foi elaborado tendo em vista creches e pré-escolas - lugares que oferecem serviços de educação infantil - e suas realidades.

O Referencial é composto de três volumes: *Introdução* (vol. 1); *Formação Pessoal e Social* (vol. 2) e *Conhecimento de Mundo* (vol. 3). O volume 2 “refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito” (BRASIL, 1998, p. 46, vol. 1), ocupando-se das crianças de zero a três anos, enquanto o volume 3 refere-se à construção das diferentes linguagens por parte das crianças e às relações que estabelecem com o conhecimento, ocupando-se, por sua vez, das crianças de quatro a sete anos. Em nosso trabalho discutiremos o primeiro volume, em que vemos concepções a respeito de como o Referencial considera a situação da criança e temas que tangem seus cuidados iniciais. Segundo Silva (2006) p. 115), a *Introdução*

---

<sup>20</sup> (*Instit. orat.* I, III, 14. Trad. SABIONE, 2009, p. 94) *Caedi uero discentis, quamlibet id receptum sit et Chrysippus non inprobet, minime uelim.*

traz reflexões sobre a trajetória das creches e pré-escolas no Brasil, além de explicitar as concepções de criança, de educação de cuidados, de brincadeira, de interação, de instituição da educação infantil e projeto educativo e profissional responsável pela educação infantil. Traz também uma descrição da organização geral e das características do Referencial e a definição dos objetivos gerais da educação infantil.

O Referencial faz apontamentos tanto a respeito do que se deve abordar em um ensino infantil (conteúdos), quanto acerca de como realizar algumas dessas propostas (métodos). Quanto a isso ele ressalta: “deve-se ter claro que alguns conteúdos conceituais são possíveis de serem apropriados” (BRASIL, 1998, p. 50, vol. 1), enquanto outros conteúdos não são recomendados. Essa determinação deve considerar as possibilidades de aprendizado de cada faixa etária.

A importância conferida ao docente e à sua capacidade como formador ficam evidentes em diversas passagens, entre as quais a que segue

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos (BRASIL, 1998, p. 41, vol. 1).

Tomamos conhecimento, a partir da citação, que se estabelece um interesse pela formação do professor. O Referencial aborda também, ainda que bastante superficialmente, a importância educacional que envolve as estruturas familiares, as diferentes culturas e valores que convivem na escola. Tendo apresentado o Referencial, pretendemos, a seguir, destacar possíveis ecos nele repercutidos daquilo que escreveu Quintiliano no fim do século I d.C.

### **III. Quintiliano e o Referencial – uma primeira aproximação<sup>21</sup>**

Vasconcelos (2002) afirma acerca de Quintiliano que “não é por acaso que sentimos suas idéias pedagógicas tão atuais, nela ouvindo *ecos* de nossos maiores educadores. De fato elas compõem uma longa tradição” (p. 224, grifo nosso). A obra de Quintiliano contribuiu, como afirmou em outro momento a autora, “para a formação de muitos dos ideais de cultura e de educação do Ocidente” (VASCONCELOS, 2002, p. 224). O movimento de aproximação que propomos em nosso trabalho, por conseguinte, quer evidenciar esses “ecos”.

As aproximações que pretendemos não são feitas ingenuamente, transpondo situações e afirmações presentes em Quintiliano para o interior do atual sistema educacional. Admitimos que são concepções diversas, visto que o contexto histórico-social é outro, como já pontuamos na Introdução. Passemos, então, a analisar alguns pontos para evidenciarmos aspectos que julgamos relevantes para essa discussão. Como primeiro tópico, lembramos algumas idéias a respeito do objeto discutido em ambos os textos. Há uma diferença no entendimento da infância na *Institutio* e no Referencial.

---

<sup>21</sup> As análises aqui presentes estão brevemente apontadas devido às limitações da extensão do artigo.



A criança é importante para Quintiliano, como nos diz Sabione (2009, p. 33) “pelo que virá a ser e, por isso, é necessário que se cuide da sua educação não pelo que é no momento, mas, sim, pelo que pode vir a ser”. A preocupação com a infância se mantém até nossos dias, mas o modo como ela é vista é outro. Hoje, consideramos a infância um momento educacionalmente relevante, tendo em vista os direitos da criança e seu crescimento intelectual em geral. A educação infantil atual não busca atingir excelência em alguma área específica; segundo o Referencial sua finalidade é “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade” (BRASIL, 1998, p. 11, vol. 1). O que revela a preocupação com a criança a partir de sua presente condição, e não com o desenvolvimento futuro de uma habilidade em específico.

Segundo o Referencial, foi somente no ano de 1996 que a educação infantil começou a ser oficialmente considerada parte da educação básica em nosso país. Passando-se a partir daí a olhar para essa fase como digna de atenção específica. Quintiliano, já no século I d.C., se mostra preocupado em discutir a importância do que a criança irá experimentar nos primeiros anos de sua vida, opinando que é melhor que nenhuma idade seja isenta de cuidado.

Ao comentar sobre o papel dos envolvidos na formação do orador, Quintiliano confere a ama o cuidado com as necessidades básicas das crianças, bem como de sua formação moral, o que justifica o fato de o autor pedir aos pais que se preocupem com a formação das pessoas que cuidarão das crianças. O autor faz o mesmo quando comenta a presença de jovens e dos pedagogos na vida da criança, exigindo que esses sejam “inteiramente instruídos” (*Instit. orat.* I, I, 8). No Referencial, há a preocupação em lembrar a lei que regulamenta a formação dos profissionais que cuidam das crianças:

a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que: ‘A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal’ (BRASIL, 1998 p. 47, vol. 1, grifos nossos).

De algum modo, a preocupação com a formação docente expressada nessa lei ecoa as indicações de Quintiliano a respeito daqueles que educariam os oradores em seus primeiros anos.

O Referencial traz ainda:

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o *exercício da cidadania* devem estar embasadas nos seguintes princípios: (...) o direito das crianças *brincar*, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil (...) as crianças têm direito, antes de tudo, de viver *experiências prazerosas* nas instituições (BRASIL, 1998, p. 13 – 14, vol. 1, grifo nosso).

Nessa citação, há três pontos que nos interessa. O primeiro é a questão do exercício da cidadania estar presente em um documento que dita a respeito da educação. Silva (2006) assinala, em sua análise a respeito da cidadania no Referencial, que esse conceito parece, no texto, não compreender “noções de compromisso social e solidariedade (...) prendendo-se exclusivamente a direitos” (p. 163). A autora critica, a partir disso, a condição de cidadã que



o texto confere à criança, afirmando que com essa aproximação “ou eleva-se o estatuto da criança para atribuir-lhe cidadania ou rebaixa-se o estatuto da cidadania para se adequar às crianças” (SILVA, 2009, p. 182).

Queremos apontar que a preocupação a cidadania num documento que visa à educação infantil parece permitir uma aproximação com a preocupação que entrevemos na *Institutio*, a formação cidadã.<sup>22</sup> Quintiliano, diferentemente do Referencial que parece elevar a criança à condição de uma cidadã completa, capaz de exercer a cidadania, considera que a criança, a partir de suas vivências e das influências que receberia, viria a se tornar uma boa cidadã. Os textos, contudo, trazem diferenças em relação aos direitos e deveres da criança: o Referencial preocupa-se quase que exclusivamente com os direitos das crianças (de brincar, de ter prazer), esquecendo-se dos deveres; já na *Institutio* percebemos a preocupação de Quintiliano com a devida medida entre o tempo da criança destinado ao ócio (brincadeiras) e aos estudos.

O segundo ponto é a questão da brincadeira. Quintiliano também considera a brincadeira como meio educativo, para ele o estudo deve ser como uma brincadeira (*Instit. orat.* I, I, 20). A brincadeira e o jogo figuram, em ambos os textos, como importantes instrumentos pedagógicos no processo de aprendizado.

O terceiro e último ponto finca raiz no direito da criança de ter “experiências prazerosas nas instituições”. O Referencial não discute questões a respeito de castigos, uma vez que essa prática há muito foi proibida por ser antipedagógica. No entanto, acreditamos que o direito a essas experiências dialoga, sob certo ponto de vista, com o fato de não mais poder haver castigos. Em Quintiliano, o castigo, ainda que fosse uma prática permitida em sua época, é visto como pedagogicamente ruim.

O discurso da educação infantil presente no Referencial ecoa, assim, algumas das ideias de Quintiliano, que as reuniu discutindo práticas tradicionais e novas tendências de sua época. O autor da *Institutio*, de forma inovadora, abordou concepções acerca do ensino da criança, que contribuíram com importantes discussões, cuja relevância fez com que não se apagassem no tempo.

#### **IV. Considerações finais**

Trabalhos como o que desenvolvemos possibilitam trazer um pouco do pensamento da Antiguidade, para o campo da Educação atual. Pretendemos, assim, a partir do texto da *Institutio oratoria*, repensar os parâmetros ditados para a Pedagogia atual, acreditando que esse movimento pode contribuir no desenvolvimento de uma educação mais consciente, que repensa práticas e entende políticas educacionais.

---

<sup>22</sup> Ainda que o conceito de cidadania não seja idêntico nas obras. Ver sobre esse assunto Rocha Pereira (1925).

## Referências Bibliográficas

- GOERGEN, P. (2006). “De Homero e Hesíodo ou das origens da filosofia e da educação”. *Pro-Posições*, v. 17, n. 3(51), p. 181-198.
- MATOS, M. B. (2005). *O estudo da pueritia nos séculos I e II d. C.* (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP.
- BRASIL (1998). Ministério da Educação e Cultura. *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- PARATORE, E. (1987). *Historia da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA, M. (2006). *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas.
- QUINTILIAN. (1975). *Institution oratoire*. Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris: Belles Lettres, 1975.
- QUINTILIANO. (2006). *Sobre la enseñanza de la oratoria: libros I-III*. Introducción, traducción y notas de Carlos Gerhard Hortet. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- SABIONE, N. (2009). *A formação inicial do orador e o ensino de língua segundo Quintiliano* (tese de mestrado). Campinas: UNICAMP.
- SILVA, I. (2006) *A construção da noção de cidadania infantil no referencial curricular nacional para a educação infantil* (tese de mestrado). Campinas: UNICAMP.
- VASCONCELOS, B. A. (2002). “Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano”. *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*, v. 2, p. 224.
- \_\_\_\_\_.(2005). *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Institutio oratoria, II, 11-21*. São Paulo: Humanitas.